

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 526.976 - MG (2019/0238289-6)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : VICENTE REIS VIANA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : VICENTE REIS VIANA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado por **VICENTE REIS VIANA, em favor próprio**, contra omissivo do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, qual seja, o excesso de prazo no julgamento da apelação vinculada ao Processo n. 0101256-72.2016.8.13.0394.

Do que se depreende da inicial, o impetrante/paciente, preso em flagrante no dia 23/10/2016 e convertida a custódia em preventiva, foi condenado à pena privativa de liberdade de 20 (vinte) anos e 5 (cinco) meses de reclusão pela suposta prática do crime de tráfico de drogas.

O paciente nega a autoria do delito, afirmando que as drogas não foram encontradas sob a sua posse ou domínio, apenas estavam em uma fazenda próxima a sua residência.

Sustenta, ainda, excesso de prazo na prisão cautelar e no julgamento da apelação, afirmando que está preso há mais de 2 (dois) anos e 9 (nove) meses, sem previsão de data para julgamento do seu recurso.

Requer a concessão da ordem para que possa aguardar em liberdade o julgamento do recurso de apelação vinculado ao Processo n. 0101256-72.2016.8.13.0394; bem como o desmembramento dos autos em relação ao corréu (Silas de Paula Maria), apontado como causador do atraso processual.

O Tribunal de Justiça local declinou da competência para esta Corte Superior, uma vez que ele é a autoridade apontada como coatora (e-STJ

Superior Tribunal de Justiça

fls. 8/9).

A liminar foi indeferida às e-STJ fls. 15/17.

Informações às e-STJ fls. 21/37.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento ou pela denegação da ordem (e-STJ fls. 42/45).

É o relatório. Decido.

Busca-se, no presente *writ*, o reconhecimento do excesso de prazo no julgamento do recurso de apelação.

A Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXXVIII, prescreve: "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação". No entanto, essa garantia deve ser compatibilizada com outras de igual estatura constitucional, como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório que, da mesma forma, precisam ser asseguradas às partes no curso do processo.

Assim, eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional.

Nesse sentido:

[...]. O excesso de prazo desproporcional, desmotivado e irrazoável para a conclusão do feito, mormente em se tratando de réu preso, não pode, em qualquer hipótese, ser tolerado. (HC n. 134.312/CE, Relatora Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, julgado em 22/6/2010, DJe 2/8/2010).

No caso, o interregno decorrido desde a interposição do recurso não se mostra irrazoável, tendo-se em vista tratar-se de processo em que se examinam apelações de 8 condenados, inclusive com advogados diversos.

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, colhe-se de consulta à *internet* que os autos encontram-se em momento avançado, com carga à Procuradoria-Geral de Justiça para apresentação de contrarrazões e parecer, sendo possível vislumbrar a proximidade da conclusão do julgamento. Portanto, não se observa paralização ou morosidade no andamento do feito.

Ainda, vale lembrar que *eventual excesso de prazo no julgamento da apelação deve ser aferido em face da quantidade de pena imposta na sentença condenatória* (HC n. 234.713/CE, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, julgado em 12/6/2012, DJe 28/6/2012). Ora, o paciente foi condenado a pena superior a 20 anos de reclusão, sendo necessário considerar tal montante de pena na avaliação da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Desse modo, com fundamento no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **denego a ordem.**

Intimem-se.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator